

Empréstimos: amanhã pode sair um acerto geral.

Delfim receberá a resposta do FMI. Sendo positiva, como tudo indica, há possibilidade de sair mais um grande empréstimo de nossos credores.

Amanhã, o ministro Delfim Neto deverá ter uma reunião com os auditores do Fundo Monetário Internacional que voltam de sua viagem de consultas a Washington. Do resultado do encontro dependerá também a conclusão de um acordo com os banqueiros internacionais, cujos representantes estão em Brasília, para a concessão de novos empréstimos ainda este ano. Ontem, no entanto, as fontes do governo asseguravam que tudo caminha bem tanto do lado do FMI quanto dos banqueiros.

Após reunir-se com o representante do País no Fundo, Alexandre Kafka, uma fonte do Ministério do Planejamento assegurou que o FMI e o governo já chegaram a um acordo a respeito dos critérios de cálculo do déficit público, estando assim superado o principal obstáculo à assinatura de um adendo ao acordo de 6 de janeiro, o que poderia ocorrer dentro de uma semana. O novo número sobre a dívida pública seria um meio termo entre as estimativas do governo e as do FMI, mesmo assim ficando acima dos Cr\$ 10 trilhões.

As divergências sobre o cálculo da dívida pública começaram em dezembro, quando a missão do FMI, então dirigida por Horst Struckmeyer, acabou fazendo prevalecer seus pontos de vista. Quando veio a maxidesvalorização de 18 de fevereiro, e os parâmetros negociados em janeiro foram reajustados, novo cálculo foi feito e novamente prevaleceu o critério do FMI (que inclui, na dívida pública, os débitos dos Estados e Municípios, além de considerar a correção monetária incidente sobre o saldo devedor).

Inflação de 130%

Contudo, a partir da constatação do "estouro" das metas logo no primeiro trimestre, as divergências se aprofundaram, inclusive pela verificação, por parte do governo, da impossibilidade de cumprir-las.

O mesmo ocorreu em relação à inflação, inicialmente fixada em 70% elevada, após a maxidesvalorização, para 100%, e agora ajustada para uma taxa de 120 a 130%, que é a taxa média que vem sendo registrada no exercício.

Menos otimista que a fonte do Planejamento, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, confirmou que a reunião da manhã com os fiscais do FMI poderá ser decisiva. Disse que a posição do governo é de expectativa em relação à orientação que o chefe da delegação, Eduardo Wiesner, trará de Washington. "Não sabemos até onde o chefe da missão trouxe novas instruções do gerente do Fundo (Jacques de Larosière)."

Por esse motivo, disse que nada poderia antecipar sobre o andamento das negociações. "Ainda estamos na fase de entendimentos para consolidar conceitos e critérios, mas, se houver necessidade de reescrever em parte a Carta de Intenções, não há problema algum".

Durante a juntar de posse da diretoria da Ajeb (Associação dos Jornalistas de Economia de Brasília), Galvães informou que, pelo método de cálculo do governo, o déficit público não cairia de 16,9% para 8,8% do PIB e sim de 5% para 3%.

Acrescentou que não haverá necessidade de empréstimo-ponte dos Estados Unidos para o pagamento da segunda parcela do empréstimo do BIS (Banco de Compensação Internacional), de US\$ 400 milhões, isso porque essa amortização está vinculada à liberação da segunda parcela, de US\$ 411 milhões, do crédito ampliado do FMI. O BIS prorrogou o prazo até dia 15 próximo (originalmente, o empréstimo deveria ter sido quitado até 30 de maio), mas Galvães disse que "a perspectiva é de que haverá uma segunda prorrogação para conciliar com o desembolso do Fundo", que só ocorrerá em setembro.

Banqueiros estrangeiros

Ontem, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, teve um encontro de quase três horas com o subcomitê de economistas do grupo de assessoramento da renegociação da dívida externa. Ao final, disse que já existe consenso sobre as necessidades adicionais de recursos para o ajuste do balanço de pagamentos este ano. O ministro da Fazenda estima em US\$ 3,5 bilhões o volume suplementar de recursos (leia nesta página). Ontem à noite, os representantes dos bancos estrangeiros encerraram seus trabalhos em Brasília, iniciando o retorno aos EUA.

O porta-voz do Banco Central, Reynaldo Domingos Ferreira, disse que os economistas estrangeiros manifestaram "boa impressão sobre a economia brasileira". O montante de recursos necessários ao equilíbrio das contas externas só será confirmado, porém, quando da reunião da comissão de renegociação da dívida, com a presença do vice-presidente do Citibank, William Rhodes. Após a definição deste assunto, os economistas virão "rotineiramente" ao País, inspecionar o cumprimento das promessas feitas pelas autoridades econômicas.